

Introdução ao Orçamento
e Grandes Opções do Plano



ORÇAMENTO
GRANDES OPÇÕES DO PLANO **2013**

1 – INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, faz depender a actividade municipal, essencialmente, da existência de dois documentos de natureza previsional: as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal.

O primeiro define as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituído pelo Plano Plurianual de investimentos (PPI), com projecção quadrienal, do qual constam os projectos e acções que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas Actividades Mais Relevantes (AMR), previstas para o ano, integrando as acções ou projectos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.

Por sua vez, o Orçamento Municipal prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução das Grandes Opções do Plano, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.

A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento deve ocorrer em sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar até finais de Dezembro do ano imediatamente anterior àquele a que os documentos se referem, de acordo com o estabelecido no número 2 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

1.1 ANÁLISE CONJUNTURAL:

- ECONOMIA INTERNACIONAL

A nível global, o conjunto das economias mais avançadas deverá manter um crescimento bastante modesto. Se por um lado se espera dos países emergentes um crescimento mais robusto, embora em desaceleração face aos anos anteriores, tais como os países asiáticos (China e Índia), por outro lado prevê-se uma expansão moderada dos EUA, um crescimento mais fraco do Japão e uma quase estagnação da União Europeia com evoluções muito distintas entre os estados membros

(Polónia e países bálticos com crescimento mais forte e países mediterrânicos em recessão).

Os fatores de incerteza intensificaram-se e os riscos no sentido descendente da atividade económica mundial aumentaram consideravelmente devido, sobretudo, à deterioração da situação económica dos países do sul da área do euro e à intensificação e alastramento da crise da dívida soberana a um conjunto alargado de economias.

A procura interna da área do euro, embora com alguma recuperação, deve continuar a diminuir devido à quebra do consumo privado e público bem como a uma redução do investimento. O reforço da procura externa e a melhoria de competitividade poderão contribuir para uma aceleração das exportações em 2013.

A taxa de inflação deve diminuir na generalidade dos países, em 2013, devendo os países emergentes registar valores em torno de 5,8% e permanecer menos elevada na maioria das economias avançadas em 1,6%, prevendo-se a manutenção em níveis elevados dos preços do petróleo. Na área do euro deve continuar a diminuir, estando previsto que se situe abaixo dos 2% em 2013, apesar de manter valores superiores em alguns países mais afetados por medidas de consolidação orçamental (designadamente por via do aumento de impostos).

Associado à fraqueza da atividade económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se na área do euro. Traduzindo uma grande disparidade de situações entre os diferentes países, espera-se que a taxa de desemprego aumente, em média, para cerca de 11,7%, em 2013.

Enquanto, em Abril, nas últimas Perspetivas Económicas Mundiais do FMI, se projetava uma expansão de 4% do Produto Interno Bruto mundial, aponta-se agora, para um crescimento global de 3,6%.

Menos crescimento nos Estados Unidos, uma recuperação frágil da zona euro e um abrandamento da atividade económica dos países emergentes levarão a economia mundial a crescer menos do que o esperado em 2013.

- ECONOMIA NACIONAL

De acordo com as atuais projeções a atividade económica deverá apresentar uma nova contração, em 2013, de 1.6 por cento, apesar de tudo menos acentuada do que a projetada para 2012. Estas projeções encontram-se no entanto fortemente condicionadas pela incerteza na evolução da envolvente externa e muito particularmente no que se refere às políticas europeias para a resolução da crise da dívida soberana.

A contração do Produto Interno Bruto (PIB) pelo terceiro ano consecutivo ocorre no contexto do processo de ajustamento dos desequilíbrios estruturais enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

As exportações deverão continuar a apresentar uma trajetória de aceleração esperando-se que esta evolução venha reduzir o impacto da diminuição da procura interna sobre a atividade económica. A conjugação destes dois fatores deverá contribuir para o excedente da balança corrente e de capital.

O elevado grau de incerteza associado à dinâmica do processo de ajustamento da economia e à situação no mercado de trabalho deverá também contribuir para o adiamento de despesas de consumo, em particular em bens duradouros.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, as atuais projeções apontam para uma redução do emprego no período 2012-2013 mais acentuada do que a atividade económica, traduzindo uma contração de 3.8 por cento em 2012 e 1.8 por cento em 2013. Num quadro de agravamento da situação no mercado de trabalho deverá manter-se uma significativa moderação salarial, desta forma, o consumo privado poderá apresentar uma redução mais acentuada do que a estimada.

A inflação deverá reduzir-se de 2.8 por cento em 2012 para 0.9 por cento em 2013. Como tal, em 2013, os preços no consumidor, excluindo bens energéticos, deverão apresentar um comportamento mais em linha com a sua evolução habitual.

As condições de financiamento da economia portuguesa deverão ser condicionadas por um conjunto de medidas adotadas pelo BCE, no sentido de apoiar a liquidez no sistema bancário. Espera-se que estas medidas venham beneficiar o financiamento

da atividade económica, promovendo um maior acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.

Esta estratégia será fundamental para a dinamização da economia nacional, que precisa de impulsionar a atividade económica, gerando maior competitividade, potenciando a oferta de emprego e o conseqüente aumento da procura interna.

- ECONOMIA LOCAL

Os Municípios enfrentam hoje em dia grandes desafios para fazer face às exigências decorrentes do novo enquadramento legislativo que tem vindo a ser aprovado, vendo fortemente limitada a sua ação.

A acrescer à redução das receitas municipais que decorre da atual conjuntura económica, são ainda impostas fortes restrições à assunção de compromissos por parte dos municípios por via da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA).

Por outro lado as sucessivas Leis do Orçamento de estado têm limitado em grande medida o endividamento das Autarquias tendo como conseqüência a redução do investimento.

Assim, os municípios deverão registar, em 2013, uma continuação da quebra nas receitas próprias, que conseqüentemente levará à redução da sua despesa corrente. Registrarão ainda uma redução da sua despesa afeta a investimento por via da dificuldade no acesso ao crédito e no acesso a Fundos Comunitários. A conjugação destes fatores terá, inevitavelmente, um impacto negativo nas economias locais.

Estas restrições não só dificultam o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental exigido por Lei como travam a concretização de investimentos municipais que, tendencialmente, contribuem para o desenvolvimento económico local.

Os Municípios encontram-se, assim, fortemente condicionados pelas reformas estruturais adotadas para promover o ajustamento da economia.

FONTES:

Boletim Mensal de Economia Portuguesa; Nov. 2012
GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Projeções para a Economia Portuguesa: 2012-2013; Outono 2012
BANCO DE PORTUGAL
Relatório de Estimativas Económicas Mundiais; Out. 2012
Fundo Monetário Internacional

1.2 - ESTRUTURA ORÇAMENTAL 2013

1.2.1 – Receita

A previsão das ações a executar e das despesas a realizar está condicionada, como se sabe, ao valor das receitas previstas para o respectivo ano económico, sendo certo que factores externos à vontade do executivo municipal podem condicionar também a sua efetivação.

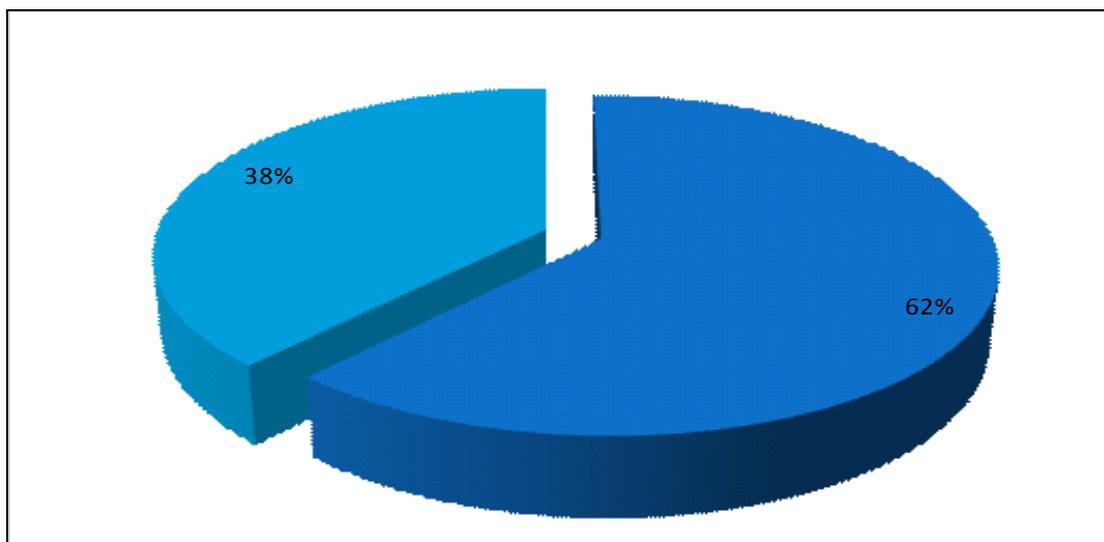
As receitas previstas para o ano económico de 2013 orçam no valor global de 25.951.450,00 €, correspondendo 16.049.520,00 € a receitas correntes e 9.901.930,00 € a receitas de capital.

Em termos económicos, a receita prevista por cada um dos capítulos, assim como o peso relativo de cada um deles, constam do quadro que se segue.

1.2.1.1 – Quadro – Estrutura da Receita

Uni: Euro		
Descrição da Receita	2013	%
Impostos directos (1)	3.256.637,00	12,55
Impostos indirectos (2)	161.941,00	0,62
Taxas, multas e outras penalidades (3)	366.162,00	1,41
Rendimentos de propried. (4)	1.749.420,00	6,74
Transf. Correntes (5)	6.979.722,00	26,90
Venda bens/serv.correntes (6)	3.517.598,00	13,55
Outras receitas correntes (7)	18.040,00	0,07
Total de Receitas Correntes	16.049.520,00	61,84
Venda bens investimento (8)	3.740.091,00	14,41
Transf. Capital (9)	5.807.262,00	22,38
Ativos financeiros (10)	74.945,00	0,29
Passivos financeiros (11)	279.232,00	1,08
Outras receitas capital (12)	300,00	0,00
Reposições não abat. Pag. (13)	100,00	0,00
Total de Receitas Capital	9.901.930,00	38,16
TOTAL	25.951.450,00	100,00

1.2.1.2 – Gráfico – Estrutura da Receita (Resumo)



1.2.1.3 – Breve Análise da Receita

Do quadro constante do ponto 1.2.1.1 constata-se que nas receitas correntes assumem peso determinante as transferências correntes, os impostos directos, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representando estas quatro rubricas 96,60% das receitas correntes e 59,74 % da receita total.

As transferências correntes orçam 6.979.722,00 €, cerca de 27% do valor global do orçamento e de aproximadamente 44% do valor total das receitas correntes, importância essa que é maioritariamente preenchida pelas transferências da Administração Central, designadamente pelo fundo de equilíbrio financeiro, pela participação no IRS e pelas transferências no âmbito dos acordos estabelecidos na área da educação, com os montantes de 4.523.428,00 € e 2.136.406,00 €, respetivamente.

Todas as demais receitas correntes orçam 9.069.798,00 €, contribuindo com 57% para o total da receita prevista, sendo a sua maior parte proveniente dos impostos

diretos (3.256.637,00 €), dos rendimentos da propriedade (1.749.420,00 €) donde se destaca a renda de concessão elétrica (679.047,00 €) e a renda de produção de energia eólica (504.387,00 €) e da venda de bens e serviços correntes (3.517.598,00 €), capítulo onde as receitas são provenientes dos serviços prestados no âmbito do fornecimento de água, resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade assumem maior relevância.

No que respeita às receitas de capital assumem peso determinante as transferências de capital:

- Do Estado, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de 1.012.260,00 €;
- Do Estado, através de acordos de cooperação técnica e financeira 269.524,00 €;
- Do Exterior, participações comunitárias ao investimento municipal 4.505.178,00€

As demais receitas de capitais previstas são asseguradas pela venda de bens de investimento, no valor de 3.370.091,00 €, designadamente a venda de lotes de terreno já aprovados para construção e de outras parcelas de terreno de que o município dispõe para o efeito, bem como da arrecadação de receita de empréstimos já aprovados.

Porém, não é demais repetir que parte da receita de capital prevista pode não chegar a arrecadar-se, designadamente no que toca à venda de bens de investimento, por estar dependente, em larga medida, das perspetivas de evolução do mercado imobiliário. Tudo isto poderá condicionar a atividade municipal, impondo um acompanhamento rigoroso da execução do orçamento, garantindo que a realização da despesa não se afaste da realização efetiva da receita.

1.2.2 – Despesa

As despesas totalizam o mesmo valor da receita, afetando 16.049.520,00 € a despesas correntes e 9.901.930,00 € às despesas de capital, previsões que correspondem, respetivamente, a 61,84% e 38,16% do valor global das despesas.

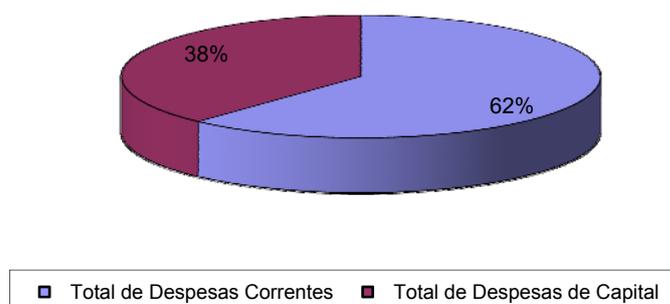
1.2.2.1 – Quadro – Estrutura da Despesa

Uni: Euro

Descrição da Despesa	2013	%
Pessoal (1)	5.157.237,00	19,87
Aquisição de Bens (2)	2.870.887,00	11,06
Aquisição de Serviços (3)	6.108.799,00	23,54
Juros e Outros Encargos (4)	281.701,00	1,09
Transferências Correntes (5)	842.596,00	3,25
Subsídios (6)	665.000,00	2,56
Outras Despesas Correntes(7)	123.300,00	0,48
Total de Despesas Correntes	16.049.520,00	61,84
Aquisição Bens de Investimento (8)	3.157.920,00	12,17
Locação Financeira (9)	11.969,00	0,05
Bens Domínio Público (10)	4.168.115,00	16,06
Transferências de Capital (11)	782.857,00	3,02
Ativos Financeiros (12)	300,00	0,00
Passivos Financeiros (13)	1.780.669,00	6,86
Outras Despesas de Capital (14)	100,00	0,00
Total de Despesas de Capital	9.901.930,00	38,16
TOTAL	25.951.450,00	100,00

1.2.2.2 – Gráfico – Estrutura da Despesa (Resumo)

Estrutura da Despesa (Resumo)



1.2.2.3 – Breve Análise da Despesa

Do quadro referente à estrutura da despesa (ponto 1.2.2.1) pode deduzir-se que as rubricas com maior peso são, sucessivamente a aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens, que representam cerca de 88% das despesas correntes e 54% da despesa total.

As despesas correntes têm vindo a registar um aumento gradual ao longo dos últimos anos, em resultado, quer do alargamento da actividade municipal em diversas áreas prioritárias, designadamente na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, de abastecimento de água, de saneamento, dos transportes escolares, da iluminação pública, das refeições escolares do ensino básico e pré-escolar, e da acção social escolar, quer ainda da atividade desenvolvida no âmbito de novas atribuições que a Administração Central transferiu para os Municípios.

Relativamente às despesas de capital existem três rubricas que se destacam: aquisição de bens de investimento e bens de domínio público (onde se destacam em 2013 diversos projetos com participação da U.E.) e passivos financeiros (valores respeitantes a amortização de empréstimos de médio e L/ prazo).

Refira-se as transferências de capital para as freguesias, no total de 315.000,00€, previstas para serem afetas a investimentos a levar a cabo pelas respectivas juntas de freguesia.

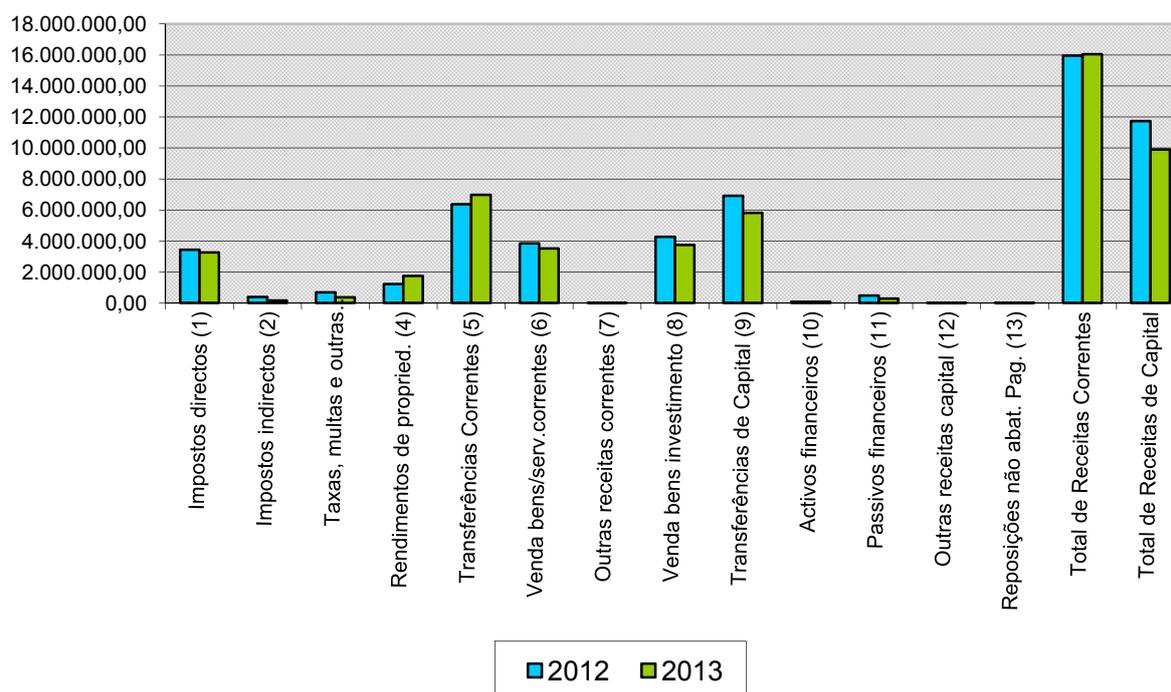
1.2.3 - Análise Comparativa do Orçamento

1.2.3.1 - Quadro – Comparação das Dotações da Receita Prevista entre os anos 2012/2013

Uni: Euro

Descrição da Receita	2012	2013	Var.Abs.	Var. (%)
Impostos directos (1)	3.430.079,00	3.256.637,00	-173.442,00	-5,06
Impostos indirectos (2)	391.002,00	161.941,00	-229.061,00	-58,58
Taxas, multas e outras penalidades	683.121,00	366.162,00	-316.959,00	-46,40
Rendimentos de propried. (4)	1.220.303,00	1.749.420,00	529.117,00	43,36
Transferências Correntes (5)	6.368.473,00	6.979.722,00	611.249,00	9,60
Venda bens/serv.correntes (6)	3.843.500,00	3.517.598,00	-325.902,00	-8,48
Outras receitas correntes (7)	15.123,00	18.040,00	2.917,00	19,29
Total de Receitas Correntes	15.951.601,00	16.049.520,00	97.919,00	0,61
Venda bens investimento (8)	4.266.951,00	3.740.091,00	-526.860,00	-12,35
Transferências de Capital (9)	6.916.675,00	5.807.262,00	-1.109.413,00	-16,04
Activos financeiros (10)	74.945,00	74.945,00	0,00	0,00
Passivos financeiros (11)	606.416,00	279.232,00	-327.184,00	-53,95
Outras receitas capital (12)	300,00	300,00	0,00	0,00
Reposições não abat. Pag. (13)	100,00	100,00	0,00	0,00
Total de Receitas de Capital	11.865.387,00	9.901.930,00	-1.963.457,00	-16,55
TOTAL	27.816.988,00	25.951.450,00	-1.865.538,00	-6,71

1.2.3.2 - Gráfico - Comparação das Dotações da Receita Prevista – 2012/2013



1.2.3.3 – Breve Análise das Receitas Previstas por Capítulos – 2012/2013

Dos valores constantes no **quadro 1.2.3.1** verifica-se que as maiores variações nas receitas entre 2012 e 2013 são as seguintes:

- Nas Receitas Correntes:

- Impostos Diretos – Neste capítulo verifica-se um decréscimo de 5,06% comparativamente ao ano anterior, que se deve à quebra da receita de Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis e Derrama, que influenciaram o valor previsto para 2013, por força da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL, para elaboração dos documentos previsionais.

- Os impostos indirectos e as taxas, multas e outras penalidades, tiveram um decréscimo de 58,58 % e 46,40% respetivamente, resultante principalmente do decréscimo da receita de loteamentos e obras, que também por força da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL, para elaboração dos documentos previsionais influenciaram o valor previsto para 2013.
- As transferências correntes tiveram um acréscimo de 43,36%, devido principalmente ao facto de no orçamento de Estado para 2012, no artigo 25º, alteração à lei das finanças locais, 80% do fundo de equilíbrio financeiro poder ser transferido como receita corrente, enquanto em anos anteriores esta percentagem era apenas de 65%. No entanto, salienta-se que o valor total das transferências do orçamento de Estado mantem-se igual ao ano de 2012.
- A rubrica de vendas de bens e serviços correntes apresentam um decréscimo para 2013.

- Nas Receitas de Capital:

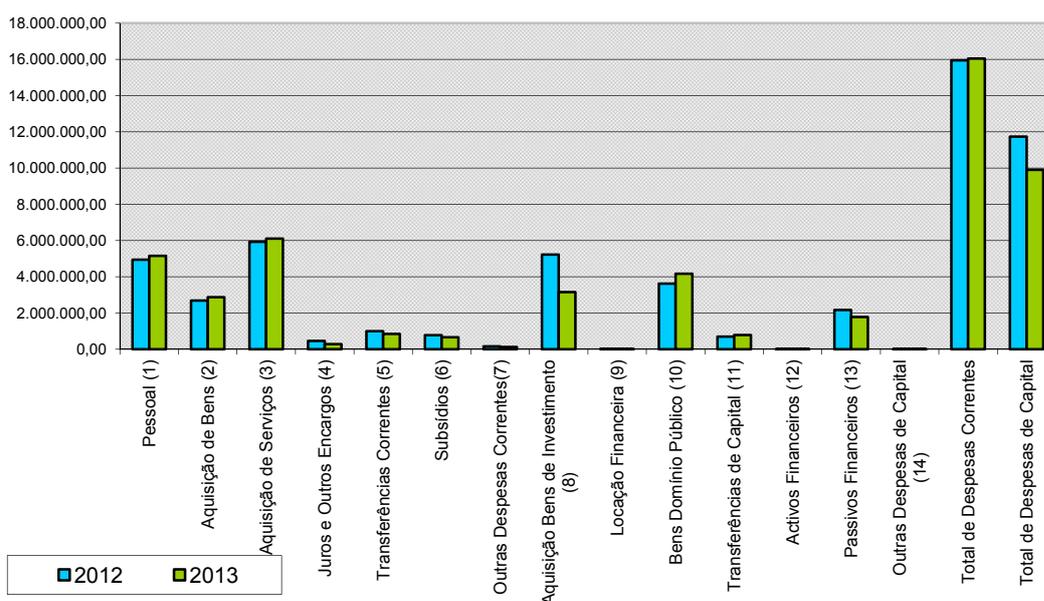
- Venda de Bens de Investimento (- 12,35%) – O decréscimo deve-se à desvalorização do valor dos bens a vender, consequência da crise que se verifica no mercado imobiliário. No entanto, torna-se necessário o Município proceder à venda dos mesmos, dada a necessidade que tem de realizar receita para fazer face a compromissos assumidos, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo (1.780.569,00 euros), as transferências ao abrigo de protocolos com a Santa Casa da Misericórdia (220.417,00 euros) e com a Escola Superior de Desporto (175.000,00 euros em 2013 e 570.000,00 euros nos anos seguintes).
- Transferência de Capital (-16,04%) – Para 2013 prevê-se uma quebra na comparticipação comunitária, em parte devido ao facto de apenas estar prevista a receita referente a projectos em execução.

1.2.4 – Quadro - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2012/2013

Descrição da Despesa	2012	2013	Var.Abs.	Var. (%)
Pessoal (1)	4.945.844,00	5.157.237,00	211.393,00	4,27
Aquisição de Bens (2)	2.683.503,00	2.870.887,00	187.384,00	6,98
Aquisição de Serviços (3)	5.926.874,00	6.108.799,00	181.925,00	3,07
Juros e Outros Encargos (4)	460.447,00	281.701,00	-178.746,00	-38,82
Transferências Correntes (5)	997.933,00	842.596,00	-155.337,00	-15,57
Subsídios (6)	779.800,00	665.000,00	-114.800,00	-14,72
Outras Despesas Correntes(7)	157.200,00	123.300,00	-33.900,00	-21,56
Total de Despesas Correntes	15.951.601,00	16.049.520,00	97.919,00	0,61
Aquisição Bens de Investimento (8)	5.224.358,00	3.157.920,00	-2.066.438,00	-39,55
Locação Financeira (9)	29.401,00	11.969,00	-17.432,00	-59,29
Bens Domínio Público (10)	3.745.853,00	4.168.115,00	422.262,00	11,27
Transferências de Capital (11)	697.857,00	782.857,00	85.000,00	12,18
Activos Financeiros (12)	200,00	300,00	100,00	50,00
Passivos Financeiros (13)	2.167.618,00	1.780.669,00	-386.949,00	-17,85
Outras Despesas de Capital (14)	100,00	100,00	0,00	0,00
Total de Despesas de Capital	11.865.387,00	9.901.930,00	-1.963.457,00	-16,55
TOTAL	27.816.988,00	25.951.450,00	-1.865.538,00	-6,71

1.2.4.1 – Gráfico - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2012/2013

Comparação das Dotações de Despesa Previstas 2012/2013



1.2.4.2 – Breve Análise das Despesas Previstas por Capítulos – 2012/2013

Com base no quadro anterior, verificamos que as variações mais assinaláveis na Despesa entre 2012 e 2013 são as seguintes:

- Nas Despesas Correntes:

- **Pessoal** – O acréscimo verificado de 2012 para 2013 (+ 4,27%) está relacionado com as medidas previstas no orçamento de Estado para 2013, nomeadamente a liquidação por duodécimos do subsídio de Natal 2013 e com os encargos sobre remunerações (Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social) a suportar com os mesmos.
- **Aquisição de Bens e Serviços** – O acréscimo nesta rubrica (+ 10,05%) tem essencialmente a ver com o acréscimo no valor do fornecimento de água, no fornecimento de refeições escolares, nos transportes escolares (com o encerramento de escolas no Concelho há a necessidade de recorrer a serviços para transportar os alunos, nomeadamente o recurso a circuitos especiais), serviços de saneamento, e na subida dos consumos de energia elétrica devido à existência de maior número de infraestruturas a consumir energia.
- **Juros e Outros Encargos** – De 2012 para 2013 verifica-se um decréscimo na ordem dos 38,82 %, resultado da descida das taxas de juro dos empréstimos bancários ao longo de 2012 tendência que se prevê manter no decurso de 2013.
- **Subsídios (- 14,72%)** – A diminuição do valor desta rubrica deve-se à redução do valor a transferir para a Empresa Municipal Desmor, ao abrigo do contrato-programa.
- **As Transferências Correntes** – tiveram um decréscimo de 15,57%.

- Nas Despesas de Capital:

- Transferências de Capital (+12,18%) – O acréscimo relaciona-se, essencialmente, com o valor a transferir para a Escola Superior de Desporto, que em 2012 foi de 120.000,00 € e em 2013 será de 175.000,00 €, e ainda com 30.000,00 € a transferir para o Centro de Educação Especial “O Ninho” para construção do Lar Residencial para Grandes Dependentes.
- Passivos Financeiros (-17,85%) – O decréscimo nesta rubrica resulta de um decréscimo no montante das amortizações de empréstimos relativamente a 2012, justificado pelo facto de não existir qualquer empréstimo de curto prazo para amortizar em 2013.

1.2.5 – Grandes Opções do Plano 2013

COD.OBJ.	ÁREAS DE ACTUAÇÃO	GOP-2012	%	GOP-2013	%
11	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	1.054.473,00	7,32	1.931.027,00	13,87
12	Segurança e ordem pública				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	214.417,00	1,49	207.146,00	1,49
21	Educação	3.603.021,00	25,01	3.079.912,00	22,12
22	Saúde	8.800,00	0,06	19.600,00	0,14
23	Segurança e acção social				
232	Acção social	396.850,00	2,75	352.047,00	2,53
24	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	300,00	0,00	300,00	0,00
242	Ordenamento do território	2.854.321,00	19,81	1.321.354,00	9,49
243	Saneamento	491.531,00	3,41	144.826,00	1,04
244	Abastecimento de água	186.363,00	1,29	314.411,00	2,26
245	Resíduos sólidos	490.717,00	3,41	505.707,00	3,63
246	Protec.do meio ambiente e cons. natur.	18.428,00	0,13	25.714,00	0,18
25	Serv.culturais, recreat.e religiosos				
251	Cultura	279.878,00	1,94	239.240,00	1,72
252	Desporto, recreio e lazer	1.892.097,00	13,13	1.675.871,00	12,04
320	Indústria e energia	69.594,00	0,48	50.400,00	0,36
331	Transportes rodoviárias	1.905.967,00	13,23	3.100.404,00	22,27
34	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	158.144,00	1,10	167.273,00	1,20
342	Turismo	61.071,00	0,42	45.417,00	0,33
4	Outras funções				
420	Transferências entre administrações	560.000,00	3,89	533.900,00	3,83
430	Diversas não especificadas	159.215,00	1,11	209.866,00	1,51
TOTAL		14.405.187,00	100,00	13.924.415,00	100,00

A educação e os transportes rodoviários são os objetivos que absorvem a maior parcela do valor do financiamento previsto para 2013, assumindo mais de 44% do total do financiamento das GOP'S, facto que resulta essencialmente das verbas previstas para construção dos centros escolares, para os serviços associados à atividade escolar como os transportes escolares e o fornecimento de refeições escolares, e ainda para a construção e reparação de troços da rede viária municipal.

O objetivo da habitação e serviços coletivos, contempla cerca de 16,60% do total das GOP's, sendo a maior parte afecta ao ordenamento do território, precisamente

no âmbito do programa de acção para a regeneração urbana da cidade de Rio Maior, sendo que o saneamento, o abastecimento de água e os resíduos sólidos não deixam de ser contemplados com verbas significativas.

Seguem-se os objectivos dos serviços culturais, recreativos e religiosos, cujo os projectos e acções absorvem também verbas consideráveis, orçando ambas 13,76 %

O valor do financiamento afecto a estas quatro áreas de actuação municipal corresponde a cerca de 67,64% de todo o financiamento das GOP's, sendo o sector da educação eleito pelos órgãos autárquicos como objectivo estratégico de progresso.

A acção social e a cultura são contempladas com verbas que atingem cerca de 4,25% no total das GOP's.

Por sua vez, as transferências entre administrações afecta também uma parte significativa das GOP'S, cerca de 4%, com particular destaque para as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências, que continuarão assim a contar com a colaboração do Município na realização dos seus objectivos, actividades e obras de investimento.

Não obstante todas as limitações e constrangimentos referidos, a concretização de outras acções e projectos necessários à satisfação das populações, estamos certos que com a realização dos principais investimentos e acções previstos nas GOP's, ver-se-á um enorme incremento ao desenvolvimento económico e social de Rio Maior.